

16/09/2015

APEOESP

95

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

Mobilização altera tramitação do PEE na Alesp

Professores e professoras de todo o estado convocados pela APEOESP, estudantes e integrantes de outras entidades do Fórum Estadual de Educação e da sociedade civil organizada compareceram na tarde desta quarta-feira, 16/09 à Assembleia Legislativa (Alesp), onde participaram de audiência pública sobre o Plano Estadual de Educação.

Mobilizados, conseguiram evitar que a Comissão de Educação aprovasse naquela mesma tarde o projeto do Governo Estadual. O Go-

verno do Estado pretendia votar o PEE ainda nesta semana, sem qualquer debate, em caráter de urgência constitucional.

Mais que isso, por meio de deputados de oposição, conseguiram que o Presidente da Alesp, deputado Fernando Capez, comparecesse à audiência, onde firmou compromisso de não votar o PEE em plenário sem realizar audiências públicas regionais e organizar uma negociação entre os deputados e entidades em torno de eventuais mudanças no projeto do Governo.

Todos à audiência pública de 22/09

Está programada para o dia 22/09, às 14 horas, no Plenário Franco Montoro, a realização de uma audiência pública oficial da Comissão de Educação, com a presença do Secretário da Educação.

É necessário que todas as subsedes organizem caravanas para que possamos superlotar a Alesp, levando aos deputados e deputadas nossas posições e propostas, oriundas da proposta de PEE do Fórum Estadual de Educação (Substitutivo nº 2), enriquecidas, no que couber, com propostas do Substitutivo nº 1, elaborado pela ADUSP e outras entidades,

conforme deliberação do Conselho Estadual de Representantes.

É também importante que nas regiões as subsedes organizem o diálogo com os deputados e deputadas da base de apoio do Governo Estadual para dizer a eles que não aprovelem a proposta do Governo da forma como está, admitindo a absorção de emendas que visam corrigir distorções em relação à valorização dos profissionais da educação, financiamento da educação, questões de gênero, sistema estadual de educação e outras, inclusive no que se refere às metas 21, 22 e 23 que o Governo introduziu no plano sem nenhuma discussão.